

CONTRATO DE PATROCÍNIO Nº 1413/2024

A **PORTOS RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A**, Empresa Pública, criada pela Lei nº 15.717, de 25 de setembro de 2021, vinculada à Secretaria de Logística e Transportes do Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Av. Honório Bicalho, s/nº, Bairro Getúlio Vargas, na cidade de Rio Grande/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.191.353/0001-17, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Cristiano** [REDACTED], inscrito no C.P.F. sob o n.º [REDACTED] e pelo Diretor, **Sr. João Alberto** [REDACTED], inscrito no C.P.F. sob o n.º [REDACTED], doravante denominada PATROCINADORA e a **Associação dos Corredores de Rua do Rio Grande/RS - ACORRG**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.475.784/0001-30, com sede na Rua Republica do Líbano, 204, centro, na cidade de Rio Grande/RS, neste ato representado pela, **Sr. Roger** [REDACTED], portador do CPF nº [REDACTED], doravante denominado **PATROCINADO**, RESOLVEM, com supedâneo no art. 27 da Lei 13.303 de 2016, no art. 74 do Regimento Interno de Licitações e Contratos – RILC da Portos RS, CELEBRAR o presente **CONVÊNIO DE PATROCÍNIO**, de que trata o **processo administrativo nº 24/9301-0000198-0**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1.** O objeto deste é a concessão de patrocínio para a realização da corrida de aniversário da cidade do Rio Grande.
- 1.2.** A execução do Projeto ficará sob a exclusiva responsabilidade do PATROCINADO, que se obriga a executá-lo nos prazos e condições previstos no Termo de Referência –TR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REPASSE FINANCEIRO

- 2.1.** Para execução do objeto de que trata este Convênio de Patrocínio será alocado pela Portos RS o valor de **R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**.
 - 2.1.1** O pagamento será realizado após a assinatura do contrato em até sete dias após a emissão e apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da Contratada, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, observando os seguintes procedimentos:
 - a)** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na Nota Fiscal ou Fatura, nos produtos ou no cumprimento de obrigações contratuais;

b) Nenhum pagamento será efetuado ou liberado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

2.2. É condição para a liberação dos recursos em favor do PATROCINADO que este demonstre, na data desse fato, situação de regularidade a ser aferida com a apresentação dos seguintes documentos:

- a)** certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- b)** certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual;
- c)** certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- d)** certidão Negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Municipal certidão negativa de débitos relativa a tributos municipais;
- e)** certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- f)** declaração de que atende o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e de que não utiliza mão de obra escrava ou infantil;
- g)** comprovante de consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL e ao Cadastro de Inadimplentes – CADIN, quando couber.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONTRAPARTIDAS

3.1. Por força deste Convênio de Patrocínio, o PATROCINADO se compromete com as seguintes contrapartidas:

3.1.1 inserção da logomarca do patrocinador no pórtico do evento;

3.1.2 inserção da logomarca do patrocinador nas camisetas feitas exclusivamente para a prova;

3.1.3 menção ao nome do patrocinador pelo locutor da prova.

CLÁUSULA QUARTA – DA CESSÃO DE DIREITOS

4.1. Para o fim de cumprimento das obrigações relacionadas na Cláusula Terceira, a Portos RS autoriza o PATROCINADO a utilizar o nome e a marca da Portos RS nas peças de imagem relacionadas com as contrapartidas.

CLÁUSULA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

5.1. O PATROCINADO reconhece o direito de a PORTOS RS fiscalizar, a qualquer tempo, a execução do projeto ora patrocinado, para o qual autoriza, neste ato, a fiscalização local e o acesso a documentos necessários ao cumprimento desta finalidade.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de Recursos Próprios da PORTOS RS e Centro de Custos 9301.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1. A prestação de contas incumbirá ao PATROCINADO e compreenderá:

- a)** comprovação da execução do projeto, mediante a apresentação do material e documentos compatíveis com a demonstração física da execução;
- b)** comprovação do cumprimento das contrapartidas mínimas ajustadas neste Convênio de Patrocínio;
- c)** apresentação de relatório analítico financeiro relativo às despesas realizadas na execução do projeto, incluindo os recursos de responsabilidade do PATROCINADO e os de responsabilidade da PORTOS RS, cuja aplicação deverá estar destacada.

7.2. A prestação de contas deverá ser apresentada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a o término do evento.

7.3. Decorrido o prazo referido no item 7.2 desta Cláusula sem que seja apresentada a prestação de contas, será havida por irregular a aplicação dos valores alocados pela Portos RS, tornando-se exigível a devolução dos recursos, acrescidos de correção pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

7.4. No exame da prestação de contas, e à vista do relatório analítico financeiro referido no item 7.1, alínea “c” desta Cláusula, a Portos RS verificará o cumprimento das contrapartidas.

7.5. Havendo situação que implique a restituição de recursos, a Portos RS notificará o PATROCINADO para, no prazo de 30 (trinta) dias, proceder a restituição mediante depósito em conta corrente a ser indicada, sob pena de ser instaurada a tomada de contas especial e de serem os recursos a restituir cobrados administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA / EXECUÇÃO

8.1. O prazo de vigência se dará a partir da assinatura do convênio até o pagamento, que ocorrerá em até sete dias após o término do evento.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. Constituem motivos para rescisão do presente Convênio de Patrocínio:

- a)** o descumprimento de quaisquer obrigações previstas neste instrumento;
- b)** o cancelamento do evento ou sua inexecução sob quaisquer justificativas;
- c)** o desvio dos valores para outra finalidade que não seja o previsto neste Convênio de Patrocínio.

9.2. Havendo a rescisão do Convênio de Patrocínio pelos motivos elencados nesta Cláusula, o PATROCINADO se obriga a restituir os recursos alocados pela Portos RS, devendo fazê-lo no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do fato.

9.2.1. A restituição dos recursos nas situações de que trata o item 9.1 desta Cláusula terá seu valor corrigido até a data do efetivo pagamento, pro rata die, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo; acrescida de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado.

9.2.2. Nos casos em que a Portos RS tiver que recorrer aos meios judiciais ou extrajudiciais para reaver os valores alocados, o PATROCINADO arcará com as custas e honorários advocatícios despendidos na cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ANTICORRUPÇÃO

10.1. As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei federal n.º 8.429/1992) e a Lei federal n.º 12.846/2013, e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus representantes legais, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

10.2. Adicionalmente, cada uma das Partes declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

10.3 Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos código de ética e conduta, o PATROCINADO deverá seguir, na íntegra, todo o disposto no Código de Conduta e Integridade da Portos RS e, ambas as partes desde já se obrigam a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

10.3.1 não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

10.3.2. adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros contratados.

10.3.3. realizar qualquer negócio em nome da PORTOS RS ou em razão deste contrato de maneira imprópria, que configure atos criminosos ou ilícitos, tais como corrupção, lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes.

10.4. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta Cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Convênio, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

11.1. Os casos omissos serão decididos segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 13.303/2016 e nos demais regulamentos da Portos RS.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O presente Convênio somente terá eficácia após publicado o respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

12.2. O foro competente para solução de divergências entre as partes contratantes será o da Comarca de Rio Grande/RS.

E, assim, por estarem as partes ajustadas e acordadas, lavram e assinam este convênio, em 02 (duas) vias de iguais teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos efeitos.

Rio Grande/RS, _____ de _____ de 2024.

Cristiano _____

João _____

Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A



Roger _____

Associação dos Corredores de Rua do Rio Grande/RS – ACORRG

TESTEMUNHAS :

1.ª _____

2.ª _____



CPF: _____

CPF: _____



Nome do arquivo: Associacao dos Corredores de Rua do Rio Grande - ACORRG - CP 1413 2024 cont ass

Autenticidade: Documento íntegro

DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR	TIPO ASSINATURA
Joao [REDACTED]	19/02/2024 11:39:03 GMT-03:00	[REDACTED]	Assinatura válida	
Cristiano [REDACTED]	19/02/2024 14:14:04 GMT-03:00	[REDACTED]	Assinatura válida	

Conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, o documento eletrônico assinado digitalmente tem comprovação pela cadeia da ICP-Brasil com a assinatura qualificada ou com a assinatura avançada pela cadeia gov.br regulada pela Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

Protocolo: 2024000956326

Assunto: Contrato
Expediente: 22/1404-0026711-5

Termo Aditivo Nº 1 Contrato: 2022/023299

CONTRATANTE: Rio Grande do Sul Secretaria da Fazenda; CONTRATADO: Flux Tecnologia Ltda, CNPJ: 30.288.995/0001-07; OBJETO: Contratação de prestação de serviço de Telefonia Fixa Comutada e STFC, do tipo Discagem Direta Gratuita e DDG 0800, e de chamadas originadas nas modalidades Local e de Longa Distância Nacional, em conformidade com a regulamentação dos serviços pela Agência Nacional de Telecomunicações e ANATEL e em consonância com condições estabelecidas no Termo de Referência, para a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ-RS).; OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/03/2024, mantendo-se o preço atualmente praticado e demais condições vigentes.; PRAZO: 02/03/2023 até 02/03/2025; INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23/04/022.

AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DO RS

CRISTIANO PINTO KLINGER
Av. Honório Bicalho, s/nº, bairro Getúlio Vargas
Rio Grande / RS / 96201-020

Gerência de Administração

REGIS ALFREDO WEBER

Contratos

Protocolo: 2024000956327

SÚMULA DO CONTRATO DE PATROCÍNIO Nº 1413/2024

CONTRATANTES: PORTOS RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A e a Associação dos Corredores de Rua do Rio Grande/RS - **ACORRG**.

DO OBJETO: concessão de patrocínio para a realização da corrida de aniversário da cidade do Rio Grande.

DO VALOR: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

DO PRAZO: da assinatura do convênio até o pagamento, que ocorrerá em até sete dias após o término do evento.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Todos os documentos atinentes a este ajuste encontram-se no Processo Administrativo nº **24/9301-0000198-0**, à disposição na Portos RS.

Rio Grande, 19 de fevereiro de 2024.

Cristiano Pinto Klinger
Presidente – Portos RS

Protocolo: 2024000956081

SÚMULA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS nº 1410/2024 – PORTOS RS

CONTRATANTES: Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A e a empresa **AH2A COMÉRCIO DE EPI'S E UNIFORMES LTDA**.

DO OBJETO: aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI em consonância com a Norma Regulamentadora 06 (NR 06), bem como a compra de materiais necessários para atuações em emergências e para a sinalizações de rota de fuga em conformidade com o Plano de Ação de Emergência da Portos RS, de acordo com as quantidades, condições e especificações estabelecidas no “**LOTES: 01, 02, 06, 08 e 11**” constante no Termo de Referência -TR.

DO VALOR: R\$ 62.845,27 (Sessenta e dois mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos).

DO PRAZO: 10 (dez) dias, após a emissão da autorização de fornecimento .

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Os documentos atinentes a este Contrato constam no Processo Administrativo nº **23/9301-0001128-9**, ficando eleito o foro da cidade de Rio Grande/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente.

Rio Grande, 16 de fevereiro de 2024.

Cristiano Pinto Klinger
PORTOS RS - Presidente

Protocolo: 2024000956082

SÚMULA CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 1408/2024

CONTRATANTES: Portos RS – Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S/A e **DIP Importação e Comércio de Materiais Ltda**

DO OBJETO: O objeto do presente visa à aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI em consonância com a Norma Regulamentadora 06 (NR 06), bem como a compra de materiais necessários para atuações em emergências e para a sinalizações



Nome do arquivo: ArquivoAssinado_57722322-ed67-400e-b7d8-932621ec737a..pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	20/02/2024 07:59:03 GMT-03:00	87124582000104 22094644049	Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.